



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 435/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10752/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo Municipal de Saúde de Uarini.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Paulo David de Araújo Braga, Diretor-Presidente do Fundo Municipal de Saúde de Uarini, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 143/2015 (fls.115/133).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 707/2016-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 134/143).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saúde de Uarini. Exercício de 2014.

Revel. Contas Irregulares. Multa. Determinações ao Responsável e à Próxima Comissão de Inspeção. Prazo. Autorização para a Cobrança Executiva

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Considerar o responsável, Sr. **Paulo David de Araújo Braga**, revel, em conformidade com o preconizado pelo art. 20, § 3º, da Lei n.º 2.423/96;

9.2- Julgar Irregular a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde de Uarini, exercício de 2014, de responsabilidade do senhor **Paulo David de Araújo Braga**, diretor da entidade, à época, com fulcro no art. 71, II, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c o art. 40, II, da Constituição do Estado do Amazonas, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei n.º 2423/96, face às impropriedades constatadas pelo distinto Órgão Técnico e pelo douto Ministério Público Especial junto a este Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e não sanadas pelo responsável, as quais passo a listar:

- A movimentação contábil do Fundo Municipal de Saúde de Uarini – FMS, não foi encaminhada ao Tribunal de Contas, como estabelecido no parágrafo 1.º, art. 15, da Lei complementar n.º 6, de 22/1/1991, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 24/2000;
- Ausência das publicações dos balanços (orçamentário, financeiro e patrimonial) no Diário Oficial do Estado e/ou dos Municípios, conforme estabelece o art. 9º, da Lei Complementar n.º 6/1991, c/c



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 435/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

o art. 2º, parágrafo único, inciso VIII, da Resolução n.º 5/1990 – TCE/AM;

- O sistema de controle de registro do patrimônio utilizado pelo Fundo Municipal de Saúde de Uarini – FMS não está atualizado, pois alguns bens adquiridos não identificam o objeto, número de tombamento, setor onde se encontra o material/bem, assim como não há servidor responsável pela sua guarda, descumprindo o previsto no artigo 94, da Lei n.º 4.320/1964;
- A não adoção de medidas para a criação do controle Interno (arts. 31, caput, e 74, caput, incisos e § 1º, da CF/1988 e art. 76, caput, da Lei n.º 4.320/1964);
- A não alimentação dos dados no Sistema de Atos de Pessoal – SAP, no exercício de 2014, contrariando o art. 2º, § 1º, da Resolução n.16/2009 – TCE/AM, c/c o art. 7º, da Resolução n.º 4/1996 – TCE/AM;
- Ausência das Guias de Recolhimento do INSS dos meses e janeiro a dezembro de 2014, bem como do 13º (Décimo Terceiro), contrariando o disposto no art. 195, inciso I, alínea “a” da Constituição Federal de 1988;
- Ausência das Guias de Recolhimento do Imposto de Renda à Fonte dos meses de janeiro a dezembro de 2014, assim como do 13º (Décimo Terceiro), contrariando o disposto no art. 158, inciso I, da Constituição Federal de 1988;
- Não foram informados no Sistema E-contas as licitações e contratos Carta Contratos, conforme estabelecido pela Lei Complementar n.º 6/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 24/2000;
- NO CAMPO DAS LICITAÇÕES:
- Na Carta Convite n.º 5/2014 foram identificadas as seguintes irregularidades:
 - I - Protocolo de entrega em 11/3/2014 e abertura em 14/3/2014, fora do prazo (art. 21, § 2º, item IV, da Lei n.º 8.666/1993);
 - II - A Certidão da Fazenda Municipal, Fazenda Estadual, Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão da Secretaria da Receita Federal do Brasil foram expedidas após a assinatura da Carta Contrato, em desacordo com o art. 195, 3º, da CF de 1988, c/c o art. 29, II e IV, da Lei n.º 8.666/1993.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 435/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- Na Carta Convite n.º 11/2014 foram identificadas as seguintes irregularidades:
 - I - Protocolo de entrega em 1/10/2014 e abertura em 3/10/2014, fora do prazo (art. 21, § 2º, item IV, da Lei n.º 8.666/1993);
 - II - Não consta no processo a Certidão da Fazenda Municipal, Fazenda Estadual, Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão da Secretaria da Receita Federal do Brasil, em desacordo com o art. 195, 3º, da CF de 1988, c/c o art. 29, II e IV, da Lei n.º 8.666/1993;
 - III - Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa, como determina o artigo 14, da Lei n.º 8.666/1993.
- No Pregão n.º 16/2014 foram identificadas as seguintes irregularidades:
 - I - Ausência do termo adjudicação do objeto da licitação ao vencedor do certame, como determina o inciso IV do artigo 6º. do Decreto n.º 21.178/2000;
 - II - Ausência de encaminhamento do resultado do pregão à autoridade competente para homologação, como determina o inciso V, do artigo 6º, do Decreto n.º 21.178/2000;
 - III - Não consta a justificativa, pelo mesmo setor, da necessidade da aquisição do bem ou do serviço, como determina o inciso II, do artigo 8º c/c o inciso I, do art. 22, do Decreto n.º 21.178/2000;
 - IV - Inexistência de adequada caracterização de seu objeto licitado e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, como determina o art. 14, da Lei n. 8.666/1993.
- No Pregão n.º 17/2014 foram identificadas as seguintes irregularidades:
 - I - Ausência do termo adjudicação do objeto da licitação ao vencedor do certame, como determina o inciso IV, do artigo 6º, do Decreto n.º 21.178/2000;
 - II - Ausência de encaminhamento do resultado do pregão à autoridade competente para homologação, como determina o inciso V, do artigo 6º, do Decreto n.º 21.178/2000;
 - III - Não consta a justificativa, pelo mesmo setor, da necessidade da aquisição do bem ou do serviço, como determina o inciso II, do artigo 8º, c/c o inciso I, do art. 22 do Decreto n.º 21.178/2000;
 - IV - A Certidão da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão da Fazenda



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 435/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

Estadual e Fazenda Municipal foram expedidas após a assinatura da Carta Contrato, em desacordo com o art. 195, 3º, da CF de 1988, c/c o art. 29, II e IV, da Lei n.º 8.666/1993;

- V - Inexistência de adequada caracterização do objeto licitado e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, como determina o art. 14, da Lei n.º 8.666/1993.
- Na Dispensa n.º 6/2014 foram identificadas as seguintes irregularidades:
 - I - Inexistência de adequada caracterização do objeto da dispensa e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, como determina o art. 14, da Lei n.º 8.666/1993;
 - II - Ausência de documento que publicou o Despacho de Dispensa e Adjudicação, ferindo o caput do art. 26, da Lei n.º 8.666/1993;
 - III - Ausência de justificativa de preço (art. 26, parágrafo único, item III, da Lei n.º 8.666/93);
 - IV - Razão da escolha do fornecedor ou executante (art. 26, parágrafo único, item II, da Lei n.º 8.666/1993).
- Ausência dos registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração, em desacordo com o art. 94, da Lei n.º 4.320/1964.
- O Fundo Municipal de Saúde de Uarini – FMS não atendeu aos ditames da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) tanto relativas à implantação e manutenção dos Portais de Transparências quanto às conformidades trazidas pela LC n.º 131 de 2009, sobretudo no que diz respeito à liberação em tempo real de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária (receitas e despesas) em meios eletrônicos de acesso ao público, e da adoção de sistema integrado de administração financeira e controle (art. 48, incisos II e III e art. 48-A, incisos I e II, LC n.º 131/2009);
- Foram detectadas algumas fragmentações nos serviços da mesma natureza, conforme relação apontada no Relatório Conclusivo n.º 143/2015 – DICAMI, adquiridas com dispensa de licitação, as quais poderiam ter sido realizadas em uma única vez, caso houvesse um planejamento, conforme determina o art. 37, XXI, da CF de 1988, art. 105, § 5º, da CE de 1989 e arts. 2º, 24, 25 e 60, c/c o art. 23, § 5º, da Lei n.º 8.666/1993.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 435/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.3- Aplicar multa ao responsável pelas Contas, senhor **Paulo David de Araújo Braga**, diretor da entidade, à época, conforme preconiza o art. 1º, XXVI, da Lei n.º 2.423/1996 e o art. 5º, XXVI, a Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, na forma como segue:

9.3.1- No valor de **R\$ 1.096,03** (um mil e noventa e seis reais e três centavos), por mês de atraso, totalizando **R\$ 13.152,36** (treze mil cento e cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º, da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012, em razão do não envio da movimentação contábil, via ACP ou e-Contas, de janeiro a dezembro.

9.3.2- No valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2423/96 (Lei Orgânica) e com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º, da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012, em virtude das graves infrações às normas legais e contábeis citadas nesta proposta de voto.

9.4- Determinar ao gestor do Fundo Municipal de Saúde de Uarini, senhor **Paulo David de Araújo Braga**, diretor da entidade, à época, que observe com maior rigor os itens constantes da fundamentação desta proposta de voto e do Relatório Conclusivo n.º 143/2015 – DICAMI (fls. 115/133), para que impropriedades de mesma natureza não venham a ocorrer novamente, sob pena de ser julgada irregular a Prestação de Contas em que as falhas forem identificadas, com aplicação de multa e demais sanções cabíveis, por reincidência, conforme art. 22, § 1º, da Lei n.º 2.423/1996;

9.5- Determinar, ainda, que a próxima **Comissão de Inspeção** verifique in loco se as falhas observadas já foram devidamente corrigidas ou se as mesmas permanecem, como forma de verificação de reincidência;

9.6- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais do valor total das multas aplicadas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigo 174, § 4º, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores das multas deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM);

9.7- Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/1996 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM;

10- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 11 de Maio de 2016.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 435/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor e Relator presente: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral